



Transferência de tecnologias para promoção da segurança alimentar em comunidades quilombolas no semiárido Piauiense

Technology transfer for enhancing food security in quilombola communities in the Piauí semi-arid region

Victoria Marina Virginia Nogueira Sousa¹
<https://orcid.org/0009-0000-5505-0943>

Camila da Silva Dourado²
<https://orcid.org/0000-0002-4485-7319>

Pedro Vinícius Ferreira³
<https://orcid.org/0009-0001-9340-5490>

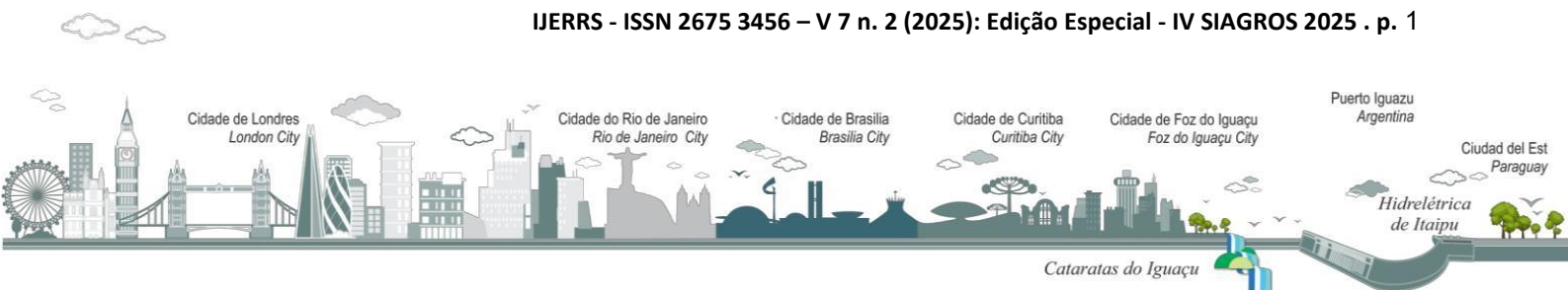
Resumo: Este estudo explora a transferência de tecnologias por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural direcionada às comunidades quilombolas do semiárido piauiense, uma região marcada por desafios climáticos e socioambientais que afetam a produção de alimentos e geram insegurança alimentar. Utilizando metodologias participativas, foram aplicados métodos individuais e grupais de caráter motivacional e instrucional, promovendo o diálogo entre ciência e saberes locais. A pesquisa, de caráter qualitativo e do tipo relato de experiência, avaliou os resultados do projeto “Quintais Agroflorestais”, promovido pelo Instituto LUSS. Inicialmente, houve a participação de cinco famílias rurais. Contudo, no decorrer do processo, houve a desistência de duas famílias. De acordo com os beneficiários, obteve-se, em pouco tempo, uma produção agrícola diversificada, maior retenção da água no solo e regeneração do bioma. Ressalta-se que para efetividade do projeto Quintais Agroflorestais é necessário que haja a promoção de interações satisfatórias entre os técnicos e os protagonistas locais.

Palavras-chave: Extensão Rural; Metodologias Participativas; Comunidades Quilombolas; Semiárido; Manejo Agroecológico.

¹ Graduanda em Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho, São Paulo-Brasil. E-mail: victoriansousa7@gmail.com

² Docente do curso de Engenharia Agrônoma do Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho, São Paulo-Brasil. E-mail: camila.dourado@acad.unasp.edu.br

³ Graduando em Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho, São Paulo-Brasil. E-mail: pedro.ferreira1311@gmail.com





Abstract: This study explores the transfer of technologies through Technical Assistance and Rural Extension directed at quilombola communities in the semi-arid region of Piauí, an area marked by climatic and socio-environmental challenges that affect food production and generate food insecurity. Using participatory methodologies, both individual and group methods of a motivational and instructional nature were applied, promoting dialogue between science and local knowledge. The research, qualitative in nature and an experiential report type, evaluated the results of the “Agroforestry Backyards” project promoted by the LUSS Institute. Initially, five rural families participated; however, during the process, two families withdrew. According to the beneficiaries, a diverse production was achieved in a short time, along with greater water retention in the soil and regeneration of the biome. It is emphasized that for the effectiveness of the Agroforestry Backyards project, it is necessary to promote satisfactory interactions between the technicians and the local protagonists.

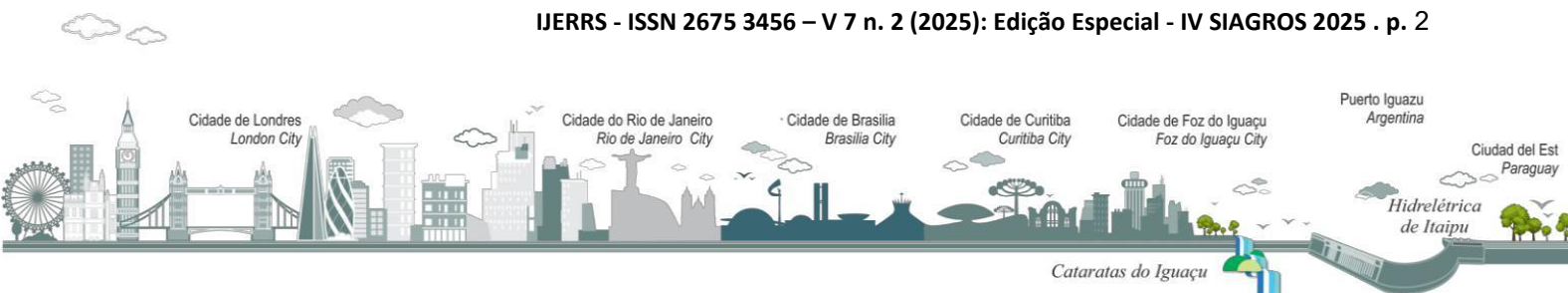
Keywords: Rural Extension; Participatory Methodologies; Quilombola Communities; Semi-arid Region; Agroecological management

INTRODUÇÃO

Dentre as marcantes peculiaridades do território brasileiro, encontra-se o bioma Caatinga, a região de sequeiro mais populosa do planeta, exclusiva do Brasil. Devido aos seus fatores climatológicos e antrópicos adversos, esta região é extremamente vulnerável à degradação do solo (SANTOS et al., 2020, apud COELHO; PEREIRA, 2021) e apresenta graves indicadores sociais do país, resultantes de uma complexa articulação entre condicionantes ambientais, socioeconômicos e políticos (CARVALHO E EGLER, 2003, apud DA CONCEIÇÃO LIRA; DE OLIVEIRA, 2012).

Mais da metade (59,1%) dos brasileiros em situação de extrema pobreza estão no Nordeste. Destes, mais da metade (52,5%) vivem em áreas rurais da região (IBGE, 2010). Agravando este cenário, os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) revelam que cerca de 47% da população no semiárido nordestino está em situação de fome. Diante de tal realidade, a necessidade de transferência de tecnologias para promover o desenvolvimento socioeconômicoambiental neste bioma se faz gritante.

Campanhola e Silva (2000) argumentam que, embora programas de política pública devam ser cunhados pelo governo central, é fundamental que a definição das atividades produtivas e dos serviços a serem implementados nas comunidades ocorra localmente, respeitando os valores, conhecimentos e a cultura da região, para se resgatar práticas





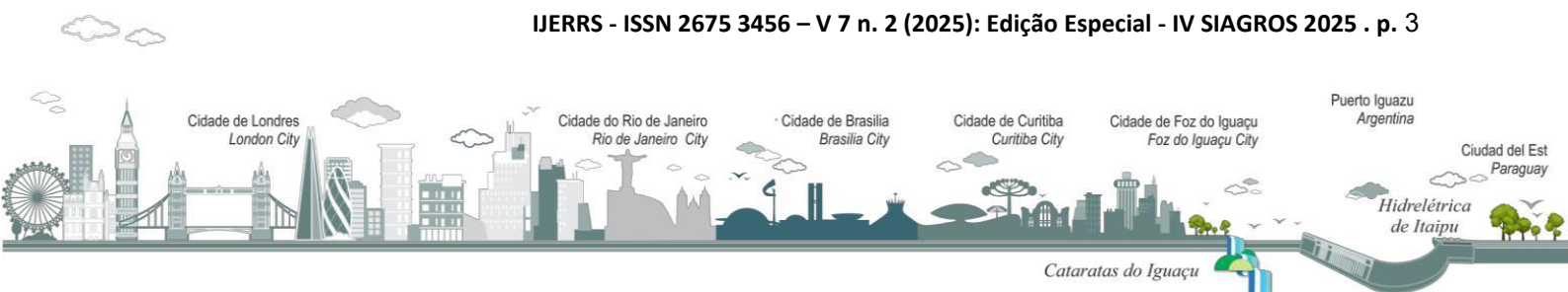
anteriormente utilizadas, buscando-se a conservação dos ecossistemas a partir de uma produção sustentável, com base na agroecologia, sendo essa construção fundamentada numa perspectiva participativa (MARINHO; FREITAS, 2018).

A partir dessa análise, surgiu a proposta das metodologias participativas, que buscam identificar coletivamente os desafios e oportunidades para um desenvolvimento rural sustentável, envolvendo a comunidade no processo de proposição e gestão, gerando uma troca de saberes e não uma hierarquia entre o extensionista e o público, tornando-os assim os principais protagonistas das soluções aplicadas (RUAS, et al., 2006, apud CURADO, 2011). Para isso, entende-se que a metodologia participativa seja o caminho para alcançar os resultados propostos, e os métodos sejam a forma de percorrer esse caminho. (LOPES, 2016).

Esses métodos podem ser classificados de acordo com três critérios principais. Primeiro, o alcance, que se refere ao número de pessoas atingidas pelo método e pode ser individual, quando aplicado a uma única pessoa; grupal, voltado para um grupo de pessoas; ou massal, destinado a um grande público. Em segundo lugar, o efeito, que diz respeito ao impacto que o método busca causar. O efeito pode ser motivacional, com o objetivo de estimular e engajar as pessoas, ou ensinamento técnico (prático), focado na transmissão de conhecimentos técnicos e habilidades práticas. Por fim, o uso do método indica sua complexidade, podendo ser simples, quando utilizado isoladamente, ou complexo, quando combina com outros métodos para uma aplicação mais abrangente (LOPES, 2016).

Neste sentido, desde 2017, o Instituto Logística Unindo Solidariedade e Sustentabilidade (LUSS) tem desenvolvido ações voltadas à adoção de comunidades no sertão piauiense, com o intuito de fomentar o desenvolvimento sustentável. Suas intervenções visam proporcionar acesso à água, promover a segurança alimentar e gerar melhorias socioeconômicas para as famílias que enfrentam as adversidades típicas do semiárido brasileiro.

Uma das ações do LUSS foi a construção de cisternas e a perfuração de poços semiartesianos, que têm possibilitado o abastecimento regular de água potável para mais de 400 famílias de 4 a 6 pessoas, garantindo o suprimento hídrico por até seis meses e auxiliando a mitigar o problema da escassez hídrica. Ademais, o projeto "Quintais Agroflorestais" tem





como objetivo promover a segurança alimentar e aumentar a resiliência e adaptação de comunidades do Quilombo Lagoas às mudanças climáticas. Por meio da implementação de sistemas agroflorestais, busca melhorar as condições socioambientais das famílias que já tiveram o acesso à água garantido pelas ações do Instituto LUSS.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo trazer uma experiência sobre o uso de metodologias participativas, aplicadas durante o projeto “Quintais Florestais” junto a comunidades rurais do Quilombo Lagoas, com o intuito de implementar sistemas agroflorestais.

METODOLOGIA

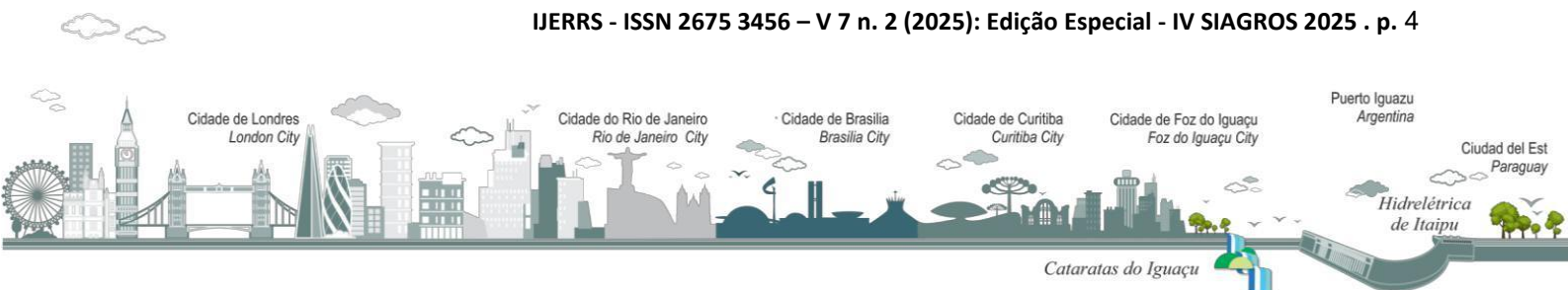
Caracterização da área de estudo

O Projeto Quintais Agroflorestais foi iniciado com o intuito de se aplicar os métodos referidos para transferência de tecnologias às comunidades Calango e Boi Morto, no município de São Raimundo Nonato e em Lagoa dos Prazeres no município de Várzea Branca, inseridas no território do Quilombo Lagoas.

O presente estudo se baseia na obtenção de dados descritivos, com caráter qualitativo, do tipo relato de experiência. A partir da aplicação de metodologias participativas, vivenciadas durante ações do Instituto LUSS, em comunidades do Quilombo Lagoas, no estado do Piauí.

O Projeto Quintais Agroflorestais foi iniciado com o intuito de se aplicar os métodos referidos para transferência de tecnologias às comunidades Calango e Boi Morto, no município de São Raimundo Nonato e em Lagoa dos Prazeres no município de Várzea Branca (figura 1), inseridas no território do Quilombo Lagoas, que é formado por mais de 100 pequenas comunidades distribuídas em um território de 62.365,8 hectares que abrange seis municípios na bacia do Rio Piauí, sudoeste do estado, sendo o quarto maior território quilombola em extensão e em número de famílias.

Este território foi formado por descendentes de indígenas e escravos que foram trazidos para a região juntamente com algumas pessoas brancas como vaqueiros e parentes empobrecidos de fazendeiros, consolidando-se ao longo do processo de colonização do Piauí. Após a abolição formal da escravidão em 1888, várias comunidades quilombolas se





estabeleceram nesse território. No entanto, a ausência de políticas públicas para integrar os negros à sociedade brasileira manteve muitos em condições semelhantes às vividas durante o período escravocrata. Como alternativa de sustento, muitos dos antepassados dos quilombolas de Lagoas permaneceram nas mesmas fazendas onde haviam sido escravizados, sendo mão de obra para grandes produtores. (INCRA, 2017)

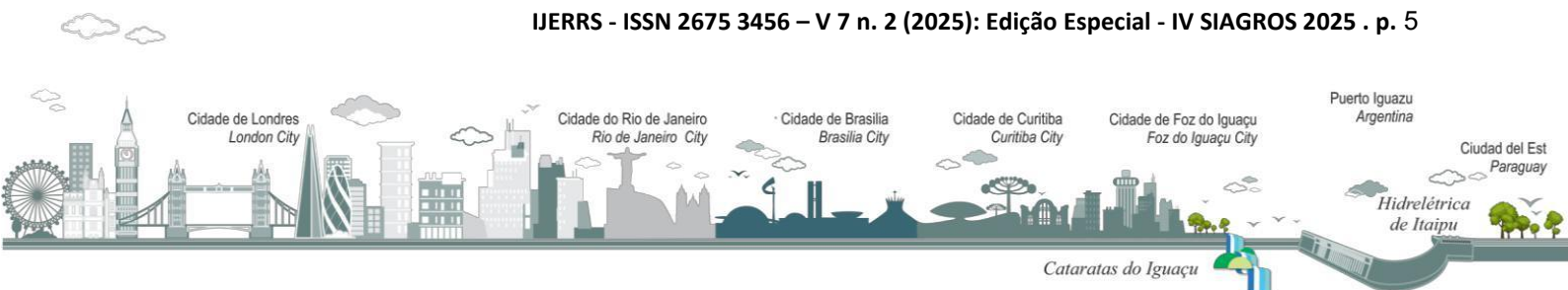
A profissão de vaqueiro, presente desde o início, tornou-se uma referência identitária dos quilombolas de Lagoas. No entanto, a principal fonte de subsistência atual é a agricultura familiar, com pouca ou nenhuma produção excedente para comercialização. A criação de caprinos e ovinos complementa a rotina, mas as terras disponíveis e as práticas agrícolas locais mostram-se ineficientes para as necessidades das comunidades.

Diante desse cenário, o público-alvo escolhido foram famílias protagonistas em suas comunidades, comprometidas e resilientes. O objetivo do projeto foi o empoderamento dessas famílias para que elas se tornem as referências locais que disseminem e propaguem as tecnologias de recuperação do solo e produção agroecológicas implantadas em seus quintais.

Figura 1. Localização da área de estudo, dentro do território do Quilombo Lagoas.



Fonte: Instituto LUSS.





Metodologia Aplicada

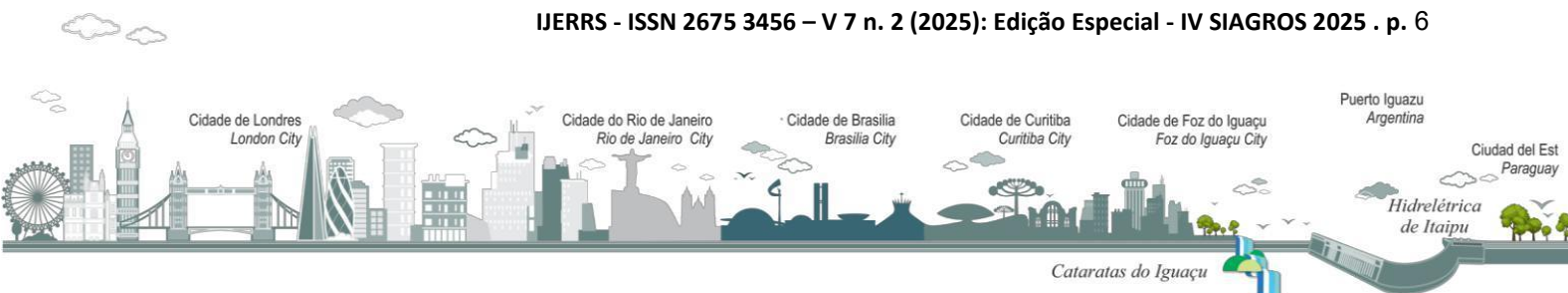
As atividades foram organizadas em sete etapas, ajustadas de acordo com os períodos de seca e chuva. Como metodologia, foi escolhido o uso complexo, combinando o método individual e o método grupal, com o efeito almejado de cunho motivacional e instrucional (LOPES, 2016). Com o intuito de envolver diretamente as famílias e líderes comunitários, promovendo a participação ativa em todas as fases do projeto.

Em fevereiro de 2023, foram realizadas visitas às famílias previamente beneficiadas pela construção de cisternas pelo Instituto LUSS. Nessas visitas, foi aplicado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para identificar as necessidades de cada família e comunidade, além de investigar as ações já em curso, individuais ou cooperativas (LOPES, 2016). Paralelamente, conduziu-se a pesquisa com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para mensurar os níveis de insegurança alimentar das famílias.

Após o diagnóstico, cinco indivíduos com perfil de liderança foram selecionados em cada comunidade. Estrategicamente buscou-se esse perfil para garantir que os líderes atuassem como multiplicadores em suas comunidades. As etapas de implementação respectivamente foram: seleção das famílias; coleta de sementes e produção de mudas; planejamento da área; preparação da área; plantio; manejo e sustentação; e celebração.

Seguindo as metodologias participativas, a partir de abril foram realizados encontros com os selecionados, onde foram ministradas palestras sobre regeneração da caatinga, técnicas de convívio com a seca, sistemas agroflorestais adaptados ao semiárido, e apresentado práticas de conservação da água e do solo. Foram realizadas as oficinas de produção de mudas e demonstração de técnicas em dias de campo, culminando com mutirões para preparo do solo e plantio dos quintais agroflorestais na área de cada um dos selecionados, no início do período chuvoso.

No ano de 2024, os líderes selecionados no primeiro ciclo tornaram-se responsáveis pela identificação de novas famílias em suas comunidades, marcando o início do processo de multiplicação e perpetuação do projeto. Seguindo a mesma metodologia participativa, os novos participantes contaram com o acompanhamento técnico e o suporte dos primeiros beneficiados.





RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o processo de transferência de tecnologias buscou-se a promoção de técnicas inovadoras no cultivo de espécies já utilizadas e a introdução de novas espécies alimentícias, além de estabelecer parcerias e facilitar o escoamento da produção excedente. Os resultados obtidos destacam a importância de uma metodologia participativa, que não apenas proporciona experiências práticas, mas também fomenta a construção de um novo modelo produtivo, centrado na família, unindo tecnologias aos saberes locais, com foco no acesso a mercados, promoção da segurança alimentar e preservação ambiental.

É relevante destacar que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tende a focar o desenvolvimento na dimensão econômica, alinhando-se a um modelo de extensão que prioriza a transferência de tecnologias e o aumento da produtividade. Essa abordagem, no entanto, ignora outras dinâmicas das relações sociais e produtivas no meio rural. Essa visão contrasta com as metodologias participativas, que compreendem o desenvolvimento de maneira mais abrangente, valorizando aspectos territoriais, culturais, sociais e políticos (DIESEL et al., 2021, p. 626-627 apud SANTOS, 2022).

Partindo desse pressuposto, a utilização dessas metodologias transformou o modo de pensar e agir de ambas das partes envolvidas: os extensionistas, ao conhecerem a história, a cultura e o ponto de vista dos agricultores e das agricultoras, obtiveram uma percepção mais clara das reais necessidades locais. Simultaneamente, a comunidade iniciou uma mudança de pensamento, percebendo-se como agentes modificadores de sua própria realidade (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012), demonstrada na figura 2.

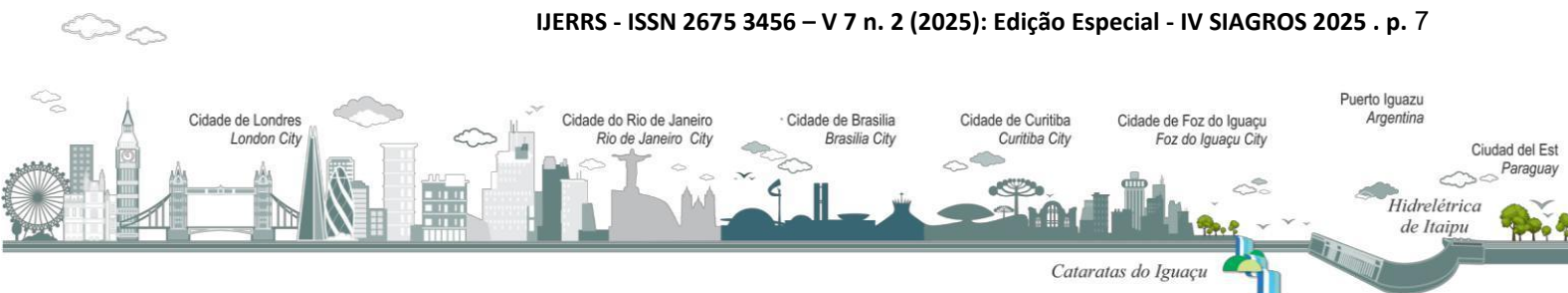




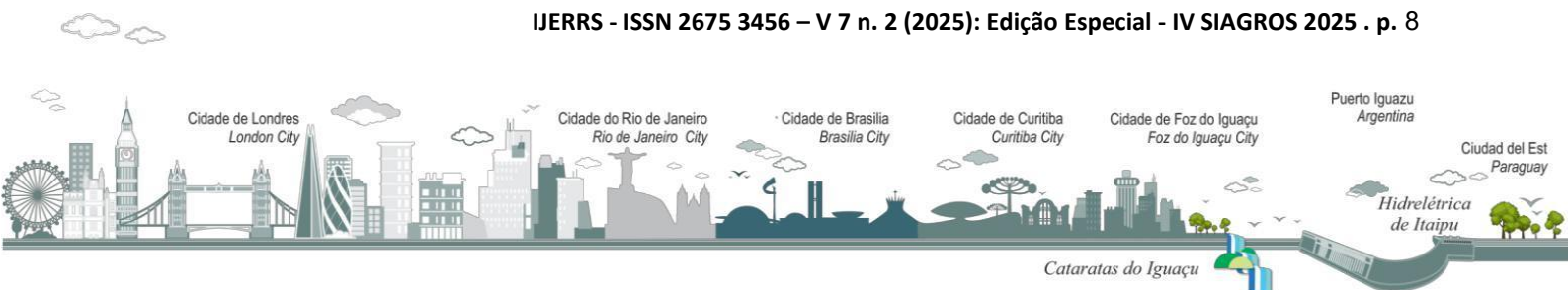
Figura 2. Visita e aplicação do DRP



Fonte: Arquivo pessoal

Além disso, essa experiência reforçou os resultados da pesquisa realizada por Moraes e Callou (2017), que evidenciam que a utilização de metodologias participativas contribui significativamente para o desenvolvimento local, por meio da participação e empoderamento dos agricultores. Os voluntários do projeto focaram no trabalho junto às comunidades rurais, reconhecendo a relevância desse contato para o desenvolvimento das atividades. Eles também notaram a importância de resgatar o sentimento de dignidade e autonomia, aspectos essenciais para que as famílias alcancem seus objetivos.

Vale ressaltar que os resultados trazidos são referentes ao início do projeto de ATER, sendo a resposta dos selecionados aos métodos de transferência de tecnologias o principal foco deste relato. Assim, dados quantitativos não serão expostos pois o acompanhamento do processo produtivo ainda está em andamento.





A análise foi feita em cinco casos, que foram denominados, neste relato, como Família 1, Família 2, Família 3, Família 4 e Família 5. Durante as etapas 1 e 2 do projeto (oficinas para coleta de sementes e planejamento da área, respectivamente retratadas nas figuras 3 e 4) verificou-se que a Família 1 não estava engajada, por questões relacionadas à desestruturação familiar e maior foco em desenvolvimento econômico do que em segurança alimentar. A Família 2 desistiu alguns dias antes do início da etapa 4 (plantio), alegando não dispor do tempo necessário para o desenvolvimento de mais um projeto. As 3 famílias restantes demonstraram interesse e engajamento em todas as fases do projeto.

Figura 3. Oficina de coleta de sementes



Fonte: Arquivo pessoal

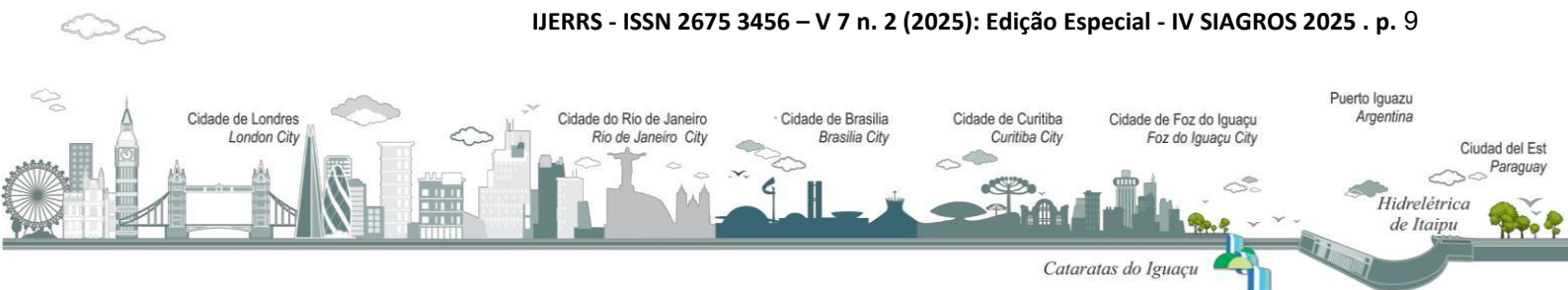




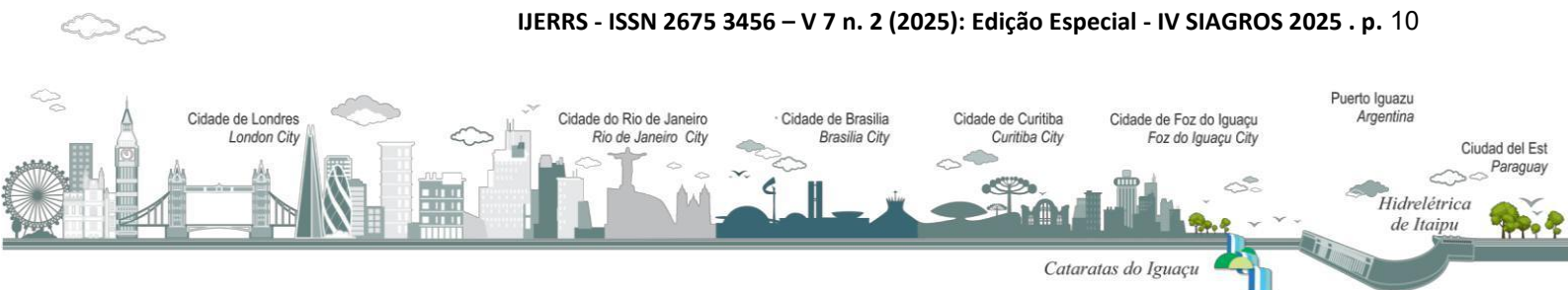
Figura 4. Encontro para início do planejamento de uma área agroflorestal.



Fonte: Arquivo pessoal

Por suposto, no início houve resistência por parte de todos a esse modelo de extensão rural, pois outrora muitas promessas foram feitas e não foram cumpridas, tanto pelo setor público quanto de iniciativas não governamentais. Porém, a partir do diálogo, ficaram evidentes algumas situações, tais como: muitas vezes, o objetivo daqueles projetos no local não havia sido realmente entendido pela comunidade; a forma como eram levadas as políticas públicas e os benefícios se dava de maneira “tradicional”. Outras situações foram o recebimento de “benefícios” no passado, de estruturas que não contribuíram com a realidade daquelas comunidades, a exemplo das casas de farinha, que são observadas, em muitos lugares, sem utilidade para realidades específicas; e recursos prometidos e não efetivados (JACOME, SANTOS, et. al., 2021).

Além disso, observou-se que, para as lideranças comunitárias, essa metodologia participativa e DRP para seleção das famílias beneficiárias era algo inovador, enfrentando certa resistência.





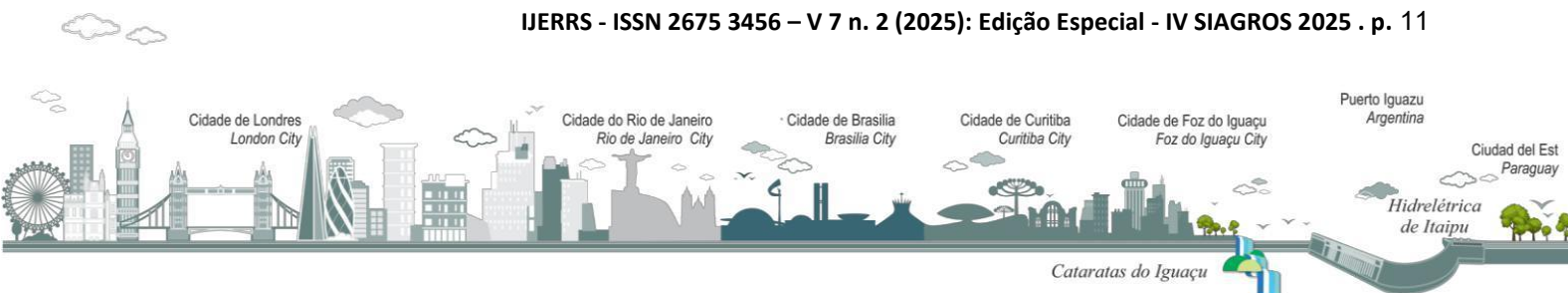
A autonomia de um povo étnico como os quilombolas, foi o principal fator motivador dessa abordagem. Trata-se não apenas de uma independência econômica, mas também de uma autonomia cultural e política, que respeite o modo de vida desses grupos. A visão do etnodesenvolvimento busca romper com as políticas assistencialistas que ainda são impostas a esses povos (MENDES, 2017).

Notou-se, no entanto, que o assistencialismo gerou uma passividade coletiva, condicionando a maioria das famílias a depender de benefícios para implementar melhorias, por pequenas que fossem, em suas comunidades. Contudo, por alguns autores, os quilombolas são apontados como grupos historicamente excluídos das políticas de desenvolvimento (SOUSA, 2020 apud BENEDETTI, 2022), o que explica a resistência e falta de familiaridade dos locais com essa metodologia participativa de extensão rural que visou a soberania e independência deles.

Ademais, quilombolas frequentemente enfrentam uma visão estigmatizante que os caracteriza como preguiçosos e não produtivos. Essa perspectiva é amplamente difundida e utilizada como argumento político contra a titulação de seus territórios, perpetuando a ideia de que não são capazes de produzir.

No entanto, há fatores objetivos que impactam a capacidade de desenvolvimento das atividades produtivas nas suas comunidades, como a limitação de área disponível e a exclusão das políticas de desenvolvimento rural. Esses elementos contribuem para reforçar o estigma. Assim, mesmo com a posse ou a documentação de suas terras, os quilombolas habitualmente enfrentam barreiras que os deixam paralisados (BENEDETTI, 2022).

Todavia, no decorrer das etapas, os encontros com o grupo, as visitas individuais e diálogos promoveram uma maior abertura entre as famílias (figura 5). A família 3, inicialmente duvidava da possibilidade de produzir múltiplas culturas em uma única área, superou suas expectativas ao colher milho, feijão e abóbora, além de frutíferas, em condições climáticas desafiadoras (figura 6). A família 4 considerou libertador aprender que não era necessário queimar para preparar novas áreas, utilizando o material seco e outras espécies nativas e adaptadas. para contenção da água e umidade do solo (figura 7). Por fim, a família 5 expressou que o projeto proporcionou a realização de sua missão de vida, garantindo uma





produção alimentícia diversificada para sua família e contribuindo para a regeneração do bioma.

Figura 5. Mutirão de implementação.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 6. Satisfação da família 3 com suas colheitas.



Fonte: Arquivo pessoal



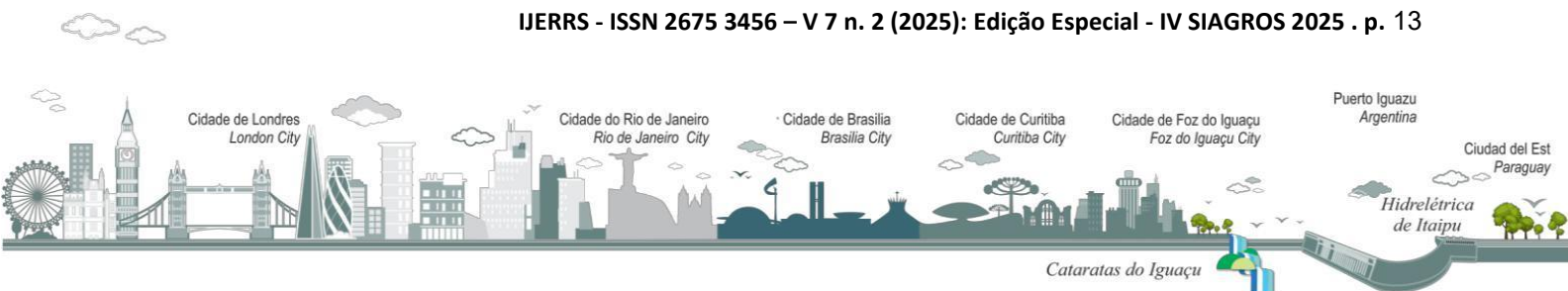
Figura 7. Orientação e construção individual com a família 4.



Fonte: Arquivo pessoal

Ao final da sétima etapa, foi realizada uma análise FOFA sobre o projeto, revelando aspectos positivos como o início em pequena escala, facilitando o controle e a adaptação, além de conquistar confiança nas comunidades e romper com o modelo assistencialista. Destacam-se a seleção de líderes locais, um processo participativo, a intensificação do uso das áreas e a adoção de práticas agroecológicas que favorecem a conservação do solo e da água.

No entanto, as fraquezas incluem falhas no arranjo agroflorestal, necessidade de acompanhamento técnico, ausência de material didático e a insuficiência de estudo sobre as técnicas agroflorestais para o semiárido. As oportunidades identificadas incluem a possibilidade de diversificação das fontes de renda por meio de consórcios de culturas anuais





e perenes, e parcerias para o escoamento, como o projeto de merenda escolar. Contudo, ameaças como a concorrência de projetos assistencialistas, o êxodo rural da geração mais nova, a complexidade do sistema agroflorestal e a falta de apoio técnico e parcerias efetivas representam desafios significativos ao projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas do sertão do Piauí, como mudanças climáticas e falta de apoio público, o projeto Quintais Agroflorestais do Instituto LUSS tem mostrado resultados positivos, promovendo diálogo entre ciência e campo, empoderamento das famílias e inovação na produção agrícola. A desistência de duas famílias inicialmente selecionadas apontou a necessidade de ajustes na abordagem, diagnóstico e seleção, além de um maior foco no escoamento e retorno econômico dos SAFs. No segundo ciclo do projeto, iniciado em 2024, os mesmos métodos estão sendo aplicados com adaptações na abordagem, e a seleção das novas famílias está sendo conduzida pelos indivíduos que passaram por todas as sete etapas do primeiro ciclo, garantindo o protagonismo da liderança local.

REFERÊNCIAS

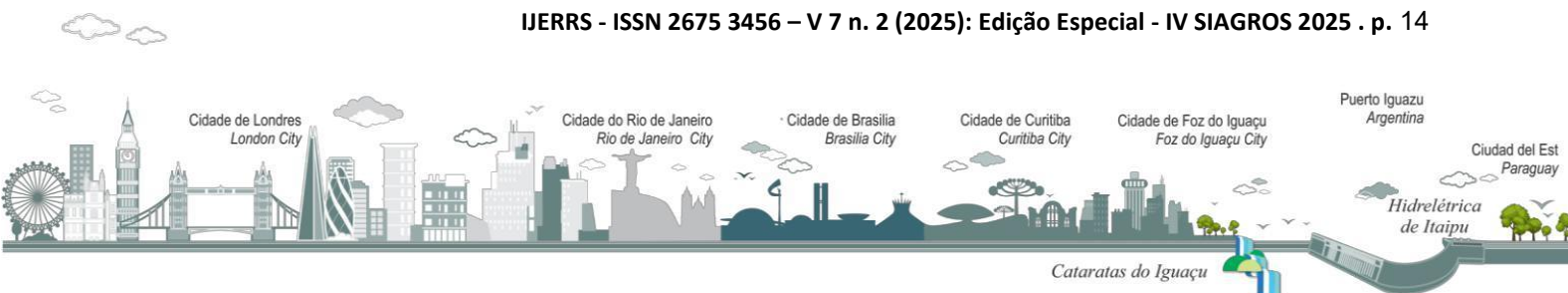
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL (ASA). **Semiárido**. ASA Brasil. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/semiariado>. Acesso em: 12 set. 2024.

BENEDETTI, Adriane Cristina. A política pública e os desafios à construção da assistência técnica e extensão rural em comunidades quilombolas (The public policy and the challenges to the construction of technical assistance and rural extension in quilombolas communities). **Emancipação**, n. 22, p. 1, 2022.

BIASI, C. A. F.; GARBOSSA NETO; SILVESTRE, F. S.; ANZUATEGUI, I. A. **Métodos e meios de comunicação para a Extensão Rural**. Volume I e II. Curitiba: Emater-PR, 1986. Disponível em: http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Publicacoes_Tecnicas/Metodologia/Difere ncas_Tipos_Eventos.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

CAMPANHOLA, Clayton; DA SILVA, José Graziano. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 17, n. 1, p. 11-40, 2000.

COELHO, J. M.; PEREIRA, D. M. **A difusão de tecnologias no meio agrícola na Caatinga – a região de clima semiárido brasileiro**. Revista de Economia e Sociologia Rural, [s.l.], 2021.





Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/mGvx7gCXLSSLSSVsS3mvN6F/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 26 set. 2024.

CUNHA, I. F.; MELO, C. A.; FALCÃO, S. J. **Metodologias participativas como ferramenta para nortear atividades em comunidades rurais beneficiadas com projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): um relato de experiência.** ExtraMuros - Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 8, n. 2, p. 356-376, 2020.

CURADO, Fernando Fleury. **11965-Sistemas Agropecuários Sustentáveis (SAS):** Uma proposta metodológica para transferência de tecnologias agropecuárias. Cadernos de Agroecologia [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)], v. 6, n. 2, 2011.

DA CONCEIÇÃO LIRA, Maria Gomes; DE OLIVEIRA, Brigitte Renata Bezerra. **Processo de transferência e adaptação de tecnologia e conhecimento: o caso EMBRAPA Semiárido.** Revista Semiárido De Visu, v. 2, n. 2, p. 274-284, 2012.

DE FREITAS, Alan Ferreira; DE FREITAS, Alair Ferreira; DIAS, Marcelo Miná. O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária. **Revista Em Extensão**, v. 11, n. 2, 2012.

FREITAS, Helder Ribeiro et al. A constituição e atuação da Rede Territorial de Agroecologia do Sertão do São Francisco baiano e pernambucano. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

INCRA. **Coleção Terra de Quilombos.** Comunidade Quilombola Lagoas. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2017.

LOPES, E. B. **Metodologia Emater-PR**, 2016. Disponível em: http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Publicacoes_Tecnicas/Metodologia/Difere ncas_Tipos_Eventos.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

MARQUES JACOME, Jamara et al. Metodologias participativas como ferramenta para nortear atividades em comunidades rurais beneficiadas com projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): um relato de experiência. **Multitemas**, v. 27, n. 67, 2022.

MENDES, João Francisco Alves. Estratégias de etnodesenvolvimento através da agricultura: uma análise das ações de assistência técnica e extensão rural na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim (ES). **Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 1, p. 169-187, 2017.

MORAIS, Josiani Alves de; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Metodologias participativas e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Dom Hélder Câmara no assentamento Moacir Lucena. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 165-177, 2017.

SANTOS, Júlio César Novais et al. Metodologias para a Extensão Rural: contribuições das metodologias participativas para o desenvolvimento rural sustentável. In: **EXTENSÃO RURAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS.** Editora Científica Digital, 2022. p. 197-215.

